



EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: a inclusão das pessoas com deficiência visual por meio da Residência Pedagógica (RP)

Weverton Ferreira Silva^{1*} (IC), Eliene Nunes Macedo¹ (PQ), Halisson Keliton Ramos dos Santos¹ (FM). Email: wevertonfl7silva@gmail.com

¹ Universidade Estadual de Goiás, Escola Superior de Educação Física e fisioterapia de Goiás (ESEFFEGO)

Resumo: Este relato de experiência busca evidenciar a atuação de um residente com deficiência visual no Núcleo de Educação Física, da Residência Pedagógica, na Universidade Estadual de Goiás. Tem como principal perspectiva a atuação de um residente com deficiência visual e sua metodologia pedagógica na ministração de aulas remotas em uma época de pandemia na escola-campo, bem como as suas contribuições na Residência Pedagógica com o professor da escola e com a docente orientadora. O referencial teórico trouxe autores que abordam a deficiência, tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas, a trajetória histórico-social da população deficiente, entre outros, e apontamentos da pedagogia da autonomia do educador Paulo Freire. Como resultados, apresenta a participação do professor cego em atividades pedagógicas com o uso de tecnologias assistivas e o seu aprendizado com a audiodescrição feita por duas alunas residentes nas aulas de educação física na escola da rede municipal de Goiânia. A importância desse processo da residência na formação desse aluno vem através de uma contribuição de atuar, como futuro professor, e fazer o melhor para a educação física.

Palavras-chave: Deficiência Visual. Educação Física. Residência Pedagógica.

Introdução

Este relato apresenta, a partir da percepção de um estudante de licenciatura com deficiência visual, as experiências com os principais elementos que integraram as atividades desenvolvidas pelo núcleo de Educação Física da Eseffego/UEG no Programa Residência Pedagógica (RP) conforme o Edital 01/2020.

Ressaltamos que a referida experiência ocorreu de forma excepcional devido à crise sanitária provocada pela Covid-19, que atinge a humanidade em esfera global. Desse modo, a principal medida sanitária recomendada pelos órgãos de saúde é o





isolamento social, o que implica, para a educação escolar (para citar o que nos toca mais diretamente), a adoção emergencial do ensino remoto.

Assim, o trabalho desenvolvido no núcleo RP/Educação Física/Eseffego/UEG tem buscado debater e nortear suas discussões sobre deficiência e inclusão conforme os estudos de Vygotsky e Luria (1996 apud SILVA, 2021, p. 204) sobre a deficiência e inclusão:

[...] as pessoas com deficiência, mesmo tendo grandes especificidades em seus desenvolvimentos, podem e devem frequentar a escola, e o que esta lhes ensina deve projetá-las a outro patamar, deve transformá-las, metamorfoseá-las, deve contribuir para que passem de crisálidas a borboletas [...]. Essa seria, pois, a escola que poderíamos chamar de inclusiva.

As experiências que ora passamos a socializar ocorreram na relação RP e a escola-campo, ligada à Secretaria de Educação de Goiânia (SME). Neste texto, inicialmente, apresentamos aspectos ligados à pessoa com deficiência visual; na sequência, socializamos a experiência de um residente com deficiência visual no núcleo Educação Física/Eseffego/UEG; e, por fim, expomos nossas considerações finais.

Resultados e Discussão

Quando refletimos sobre deficiência visual, vale sublinhar que ela pode ser congênita ou adquirida no decorrer da vida. Quando a pessoa descobre a deficiência visual ainda na infância, ela é encaminhada pelo oftalmologista para o ensino especializado, que, como referência, temos o primeiro Instituto para Cegos Benjamin Constant no Rio de Janeiro, criado em 1981. As pessoas com cegueira total utilizam os programas de voz pelo computador e também pelo celular e, principalmente, o recurso do Braille. Já as pessoas com baixa visão utilizam meios eletrônicos, recurso de letras e inclusão ampliada.

Na Antiguidade, o indivíduo com necessidades especiais não tinha visibilidade ou sequer o direito de viver. Eram vistas como seres humanos incapacitados, não tendo a agilidade de se livrar de animais ferozes e nem de correr atrás da sua própria





alimentação. Nessa época, o indivíduo com deficiência não tinha como se defender no meio da sociedade, dita normal. Como exemplo, citamos a condição de Hefesto, filho de Hera e Zeus, que viam o garoto como um menino feio por ter nascido com deficiência nas pernas. Nesse sentido, "um corpo cego é um corpo inesperado da expectativa de um discurso normal" (DINIZ, 2007, p. 44).

Nessa perspectiva, historicamente, as pessoas com deficiência são excluídas chegando no máximo a serem integradas. Na contemporaneidade, apesar dos debates sobre a inclusão e do acesso aos recursos de acessibilidade e tecnológicos, principalmente em épocas de pandemia com o ensino remoto, as pessoas com deficiência ainda passam por um período de integração e não de inclusão.

De fato, na educação escolar é preciso dar condições e esperar mais das pessoas com deficiência, na intenção de fazer avançar mais e melhor, ou seja, "quando nada ou pouco se espera dos que apresentam deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou necessidades especiais, pouco também se requer, pouco se lhes permite desenvolver" (BARROCO; LEONARDO, 2016, p. 330).

É nesse contexto que serei então o primeiro cego a se formar em Educação Física no Estado de Goiás. Descobri a baixa visão com 5 anos de idade e tive cegueira total com apenas 15 anos devido a uma catarata congênita. Hoje, tenho a oportunidade de participar da Residência Pedagógica, pois fui aprovado no processo seletivo, no início do mês de março de 2021. Posteriormente, o diálogo, a distância, foi bastante mediado pelo programa de voz denominado TalkBack. Esse programa travava os recursos de síntese de voz pelos aparelhos tecnológicos, dificultando a comunicação. Apesar das dificuldades existentes, em virtude da ausência do campo visual, preciso ter persistência e busco aprender mais a cada dia, pois desejo me consolidar no campo profissional, ou seja, na licenciatura em educação física.

Na organização da RP/Educação Física/Eseffego, existe a divisão de equipes com o auxílio e supervisão de dois representantes, um de cada turno (equipe de mídia e tecnologias, equipe motivacional e de integração e a equipe de eventos técnicos e científicos), com o intuito de melhorar a comunicação, compartilhamento e publicização de atividades do núcleo. Então, a seguir, relatamos duas vivências que entendemos ser importantes compartilhar.





Uma parte que me emocionou muito foram algumas atividades com as equipes de integração na RP, que organizaram uma atividade pelo Google Meet em que os outros residentes iam fazendo os movimentos com o corpo e o residente que comandava a atividade fazia um áudio descritivo do que os colegas estavam fazendo. Nessa atividade, a gente tinha de acertar o que esses movimentos representavam. Por exemplo, férias, as pessoas faziam com o corpo o movimento que representava as férias. Eu me emocionei muito com a equipe da qual eu estava participando, pois conseguimos ganhar a brincadeira. Isso prova que o sistema remoto não é fácil para ninguém, mas não é impossível, visto que pude aprender, assim como todo mundo, fazendo uso do diálogo. Para se pensar na inclusão, a própria pessoa com deficiência precisa querer e fazer o seu método de inclusão. Não basta só chegar e ficar quieto no canto esperando as coisas acontecerem, pois todos nós temos uma vida que habitamos e somos nós que fazemos a inclusão acontecer.

Esse empoderamento é importante, afinal de contas “os homens fazem sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolheram as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhe foram transmitidas assim como se encontra” (MARX, 2011, p. 25). Assim é necessário haver a tomada de consciência dos aspectos individuais e também histórico-sociais que empoe óbice a inclusão e desenvolvimento das pessoas deficientes.

Essa inclusão deve acontecer ao longo de nossas vidas. Nesse sentido, outra atividade realizada na RP e que também me marcou e emocionou muito foi a atividade do caça-palavra em que uma residente projetava as palavras na tela do Google Meet. No começo, pensei que o meu programa não pudesse conseguir captar leitura do caça-palavra, e a docente orientadora informou que faria adaptações de acessibilidade para a atividade. No momento em que os outros residentes estavam brincando e disputando entre as equipes, o meu programa começou a ler as palavras do caça-palavra. Comecei então a interagir e me senti incluído. Através dessa inclusão sinto-me motivado, cada vez mais, a buscar e a crescer. Também me motiva a ter sempre em mente que antes da minha deficiência existe uma pessoa.





É importante nos mantermos otimistas, engajados, encorajados, pois assim seguimos fortes na luta por uma educação inclusiva. Todavia: segundo Matos et al. (2020, p. 211)

“[...] não bastam o discurso de empoderamento social dessas pessoas [com deficiência] e a formulação de políticas públicas de inclusão educacional e social. É necessário o enfreamento dos limites histórico-sociais que impedem ou dificultam o desenvolvimento do público-alvo da educação especial, e que a escola não se adapte às deficiências, mas que vise superá-las”.

Essa deve ser a tônica da educação escolar, qual seja, a busca por desenvolver os seres humanos nas suas máximas potencialidades, não importando o nível e/ou modalidade da educação do qual faz parte determinado indivíduo. Porém isso só é possível em condições materiais, formativas e sociais adequadas.

Nessa direção, posso afirmar que as experiências pedagógicas com a escola-campo e com o núcleo de Educação Física potencializam a minha formação docente, por isso relatarei vários momentos dessa trajetória. Na residência pedagógica fomos inseridos nas atividades da escola-campo e juntamente com outras duas residentes, fizemos os planos de aula, elaboramos o projeto de intervenção, conhecemos o papel da escola. Assim, logo em seguida trabalhamos com o conteúdo de ginástica, passando para os alunos a história da ginástica no Brasil e os seus movimentos. No final de uma sequência de aulas, tive de gravar um vídeo resumindo todo o conteúdo, o que me deixou nervoso no momento, mas acabou que deu tudo certo com a explicação do conteúdo.

Na escola, tivemos um aluno com deficiência visual, que foi um momento de muito aprendizado para mim. As duas colegas residentes fizeram um vídeo descrevendo as imagens e ainda um vídeo descrevendo os movimentos para que esse aluno com deficiência visual conseguisse compreender todo o conteúdo. Como um residente cego e atuante na escola-campo, com a descrição das duas alunas residentes, pude aprender muito, principalmente na ginástica que tinha movimentos que eu não conhecia, e os aspectos históricos. Isso nos mostra a possibilidade de sermos professor, uma vez que, assim como nos diz Freire (2004), o professor não só ensina, mas também aprende em cada momento de nossas vidas. Tudo que





vivenciamos no mundo contribui para o nosso aprendizado, ensinando para nunca perdermos a nossa essência e descobriremos a cada dia quem realmente somos.

Logo em seguida trabalhamos com o conteúdo de lutas. As residentes fizeram para o aluno com deficiência visual a descrição de cada imagem do vídeo e o mesmo procedimento com a história da luta. Desse modo, contribuíram também com meu aprendizado através da descrição e da leitura porque eu não conhecia. Uma luta que me chamou bastante atenção foi Huca Huca, uma luta que me marcou muito através do aprendizado.

Com o ensino remoto emergencial, os professores desenvolviam suas aulas pelo Ambiente de Aprendizado Híbrido (AVAH), desenvolvido pela SME-Goiânia. Assim, os alunos poderiam ter acesso à plataforma e deixar os seus comentários sobre o que conseguiram aprender com as atividades. Nessa perspectiva, tivemos a oportunidade de produzir depois o caderno com as atividades desenvolvidas, com duas páginas, para que a escola pudesse imprimi-lo, entregar para os alunos para que eles pudessem estudar em casa, devido a esta época de pandemia. Através então do aplicativo de videoconferência com as duas residentes que estavam junto comigo, fizemos uma reunião através do Google Meet e colocamos em prática o caderno de duas páginas. Discutimos como iria ficar o caderno para entregar para o professor de educação física e também para a turma poder ter acesso a ele.

Outra experiência que merece destaque foi um dia em que eu e mais uma das residentes que atuavam comigo na escola-campo, juntamente com o professor de educação física da escola, fizemos uma videoconferência para conhecermos os alunos que já estavam frequentando a escola presencialmente. Com isso, eu cumprimentava os alunos e me sentia muito importante por fazer o que eu gosto e por estar, através da educação física, no ambiente escolar com essa perspectiva e ouvir a fala de cada um. Mesmo sem poder enxergar, eu percebia o sorriso através dos olhares deles, alguns, às vezes, tinham vergonha, mas essa vergonha poderia ser por estar na frente de uma câmera ou por estar conhecendo os residentes pela primeira vez. Por eu ser uma pessoa com deficiência visual, o que me fez voltar aos meus tempos de escola foi quando eu conversei com a professora de apoio do aluno com deficiência visual que estuda na escola onde estávamos atuando. Nesse momento,





pude lembrar um pouquinho de como era ter o auxílio do apoio pedagógico no ambiente escolar, o qual contribuiu para que eu chegasse até a universidade e hoje realizar o sonho do meu tão sonhado curso.

Ressalto que foi de extrema importância esse bate-papo com os alunos, com o professor da escola-campo, visto que contribuiu com os meus métodos pedagógicos para que, futuramente, quando eu estiver formado, possa contribuir com o aprendizado dos outros alunos. E assim muitos me perguntam: como que você, sendo cego, vai conseguir ministrar uma aula? A minha resposta é que a única coisa que eu não posso é ver, mas eu posso perceber e dialogar com as pessoas, que, com essa perspectiva, o professor aprende e também ensina. Sendo assim, no ambiente escolar, eu vou aprender com os meus alunos e eles vão aprender e me ensinar também.

Além das experiências pedagógicas apresentadas, também dialogamos com os documentos oficiais da educação, entre eles o Documento Curricular para Goiás – ampliado (DC-GO Ampliado), que apresenta a base curricular de ordenamento e também de integração que a escola deve cumprir no decorrer do ano letivo. A leitura desse documento e a compreensão dos principais direcionamentos curriculares, os quais devem ser cumpridos por todos os professores, coordenadores e toda a equipe dirigente da escola, trouxeram-nos uma reflexão e muito aprendizado sobre as demandas que devem ser atendidas para contribuir com o melhor aprendizado possível, pensando assim em todos os alunos. Nesse documento, o que me chamou muito a atenção na parte da educação física é que a educação física contribui com o aprendizado e desenvolvimento desse aluno. Sendo assim, a educação física, além de trazer o melhor desenvolvimento de aprendizado, contribui com as progressões de cada aluno no ambiente escolar. A educação física faz com que o aluno se movimente, trabalhando a sua coordenação motora, trazendo-lhe segurança e também conforto, principalmente no aprendizado e com suas habilidades.

Nas atividades da RP, tivemos uma palestra sobre a formação de professores através do PowerPoint com um residente que trouxe uma explanação de como é possível um professor montar um ótimo slide, mesmo não tendo todo o recurso de material para trabalhar, principalmente com a educação física escolar. Isso me chamou bastante atenção porque pude tirar dúvida com esse residente através da





minha deficiência visual sobre como navegar com a tecla “Tab” no PowerPoint, visto que uma pessoa cega, infelizmente, ainda não consegue utilizar o mouse. Por isso, é muito interessante navegarmos pelo computador através de comandos e principalmente com a tecla “Tab”, que nos permite chegar ao lugar que desejamos através do computador.

Desse modo, pensamos nas tecnologias assistivas para as pessoas com deficiência, o que me permite, e me permitiu até hoje, ter acesso à escola-campo e também à RP, utilizando o notebook com programa de voz, o NVDA. Com esse programa, eu consigo navegar por todo o computador, acessar a plataforma de videoconferência, e ainda poder estar escrevendo este relato de experiência, evidenciando minhas vivências perante a RP e também com a escola campo. Nesta época de pandemia, o que aproxima, principalmente uma pessoa com deficiência visual perante a sua inclusão com os conteúdos, são esses recursos tecnológicos, assim como o meu celular por meio do TalkBack, que me permite ter um diálogo com a docente orientadora da RP e também com os demais colegas por meio do aplicativo WhatsApp.

As tecnologias da informação permitem os acessos para as pessoas com deficiência e ainda facilitam o seu direito à inclusão. Com essa base, pensando em todas as pessoas com deficiência, o computador e o celular foram os principais recursos que me permitiram o acesso à escola-campo e também a toda a equipe da RP. Esses recursos tecnológicos contribuem, principalmente, para conversar em época de pandemia de Covid-19. Porém, a minha principal dificuldade foi com o aplicativo de videoconferência porque, às vezes, o meu programa não tinha a total informação e o meu microfone estava ligado ou desligado. Desse modo, pedia sempre à professora da RP ou a algum colega para me avisar se a câmera estava boa para poder participar das reuniões. Às vezes, esses programas que nós, deficientes visuais, utilizamos podem travar no momento da videoconferência, deixando uma pessoa com deficiência visual perdida se ela estiver logada na videoconferência ou não.

Considerações Finais





A minha experiência na RP vem se tornando cada dia mais especial, pois, através do diálogo, posso contribuir, posso aprender com várias pessoas. Na vida, temos que saber a melhor forma de nos posicionar e também de lidarmos com as pessoas, acreditando sempre na nossa potencialidade e ainda na potencialidade de cada um. Com base nessa perspectiva, eu trago aqui que a deficiência significa: superação.

Pereira e Saraiva (2017) dizem que no Brasil a gente vive mais uma era de integração do que de inclusão, mas, com a RP, senti-me totalmente incluído porque, quando estamos falando de inclusão, significa que a pessoa com deficiência tem de buscar os seus métodos de ser incluído em qualquer atividade e isso é muito difícil na conjuntura atual brasileira.

No núcleo de Educação Física-ESEFFEGO/UEG, constantemente, sou convidado pela docente orientadora para dialogar com meus colegas residentes sobre as consequências de determinadas ações e metodologias na vida de pessoas com deficiência visual. Nesse sentido, observo um processo mútuo de ensino-aprendizagem. Para finalizar, exemplifico com o momento em que a docente orientadora chamou todo o grupo para fazer a audiodescrição. Os colegas professores e residentes não sabiam fazer e eu os ensinei, destacando a importância dessa ação para o deficiente visual. Portanto, não há dúvida que o programa de Residência Pedagógica contribui bastante para minha formação acadêmica, assim como, eu também contribuo para a formação dos demais colegas, principalmente, no campo da inclusão. Ressalto que o não enxergar não me faz melhor e nem pior que ninguém, mas me motiva a acreditar em mim e em outros seres humanos.

Agradecimentos

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que financiou esse relato de experiência com bolsas de estudos, disponibilizadas pelo Programa de Residência Pedagógica. Agradecemos à Universidade Estadual de Goiás (UEG). Agradecemos à Secretaria de Educação de Goiânia (SME). Agradecemos aos professores e estudantes do Núcleo de Educação Física da ESEFFEGO e da escola-campo.





Referências

BARROCO, Sonia Maria Shima; LEONARDO, Nilsa Sanches Tessaro. A periodização histórico-cultural do desenvolvimento na educação especial: o problema da idade. In: MARTINS, Lígia Márcia; ABRANTES, Angelo Antonio; FACCI, Marilda Gonçalves Dias. (Org.). **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice**. Autores Associados, 2016.p. 321-341.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GIROTO, Claudia R. M.; POKER, Rosimar B.; OMOTE, Sadao. **As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas**. Marília: Ed. Cultura Acadêmica-Oficina Universitária/Unesp, 2012.

GOIÂNIA. **Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Alice Coutinho**. Goiânia: SME, 2021.

GOIÁS. Secretaria de Estado de Educação. **Documento Curricular para Goiás - ampliado**. Goiânia: Seduc/Consed/Undime, 2020.

MARX, Karl. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011

MATOS, Neide da Silveira Duarte; FERREIRA, Gesilaine Mucio; BARROCO, Sonia Mari Shima; MOREIRA, Jani Alves Silva. BNCC e política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: análise à luz da teoria histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. In: MALANCHEN, Julia; DE MATOS, Neide da Silveira Duarte; ORSO, Paulino José. **A Pedagogia histórico-crítica, as políticas educacionais e a Base Nacional Comum Curricular**. Autores Associados, 2020. p. 207-232.

PEREIRA, J. A.; SARAIVA, J. M. Trajetória histórico-social da população deficiente: da exclusão a inclusão social. **SER Social**, Brasília, DF, v.19, n. 40, p.168-185, jan./jun. 2017.

SILVA, Régis Henrique dos Reis. Desafios e contribuições da pedagogia histórico-crítica para uma práxis educativa transformadora da educação especial. In: LOMBARDI, J. C.; COLARES, M. L. I. S.; ORSO, P. J. (orgs.). **Pedagogia histórico-crítica e prática pedagógica transformadora**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021. p. 201-213.

